



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

YASMIM LARA FARIAS BARBOSA

**TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB) - CAMPUS ASA NORTE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

BRASÍLIA - DF
2022

YASMIM LARA FARIAS BARBOSA

**TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB) - CAMPUS ASA NORTE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte

YASMIM LARA FARIAS BARBOSA

**TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB) - CAMPUS ASA NORTE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte

Aprovado em: ____ de _____ de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Janaína Lopes do Nascimento Duarte

(Orientadora do Departamento de Serviço Social - UnB)

Prof^ª Dr^ª. Marileia Goin

(Membro Interno do Departamento de Serviço Social - UnB)

Mestre Bianca Stéfani Alexandre Irineu

(Assistente Social e Mestre em Política Social pela UnB)

**"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo."
(Nelson Mandela)**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me permitir a oportunidade da vida.

Agradeço à minha família, meus pais e irmã pelo incentivo aos estudos, por estarem ao meu lado e darem todo apoio e suporte emocional possível durante todo esse período da graduação.

Aos meus amigos pessoais e da graduação que foram essenciais, me ajudaram e tornaram a caminhada mais leve. Difícil citar o nome de todos, mas meu muito obrigada!

Ao meu namorado e melhor amigo, que me deu todo apoio emocional durante essa fase final da graduação e que esteve ao meu lado nos dias mais difíceis desse momento tão importante da minha vida.

A todos os meus professores da graduação, que foram fundamentais para minha formação de futura Assistente Social. E especialmente à minha orientadora Janaína Lopes do Nascimento Duarte que me ensinou muito e foi uma peça fundamental para meu crescimento acadêmico e pessoal neste período de trabalho intenso, sendo compreensiva e dando sugestões enriquecedoras que contribuíram para a formulação do trabalho exposto.

A minha supervisora de estágio no IFB Beatriz Rodrigues Diniz, pelo cuidado e empenho durante a supervisão, pela paciência e auxílio na construção e efetivação do Projeto de Intervenção na instituição.

A minha universidade querida, local onde eu pude crescer e construir importantes laços, e que me ensinou muito dentro e fora das salas de aula. Esses são agradecimentos de quem vai lutar sempre por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Por fim, agradeço os membros da banca examinadora, pelo interesse e por aceitarem contribuir com meu processo de finalização no curso de graduação em Serviço Social.

RESUMO

O seguinte Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) procurou trazer o debate da profissão de Serviço Social na educação superior inserida num contexto de capitalismo dependente baseando-se nos pensamentos de Florestan Fernandes e demais autores que seguem sua ideologia. O objetivo geral deste trabalho foi analisar os desafios da atuação do assistente social no Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Asa Norte a partir da experiência de estágio supervisionado. Para mais, será tratado sobre a assistência estudantil, destacando suas legislações e se as políticas educacionais conseguem cumprir, de fato, com a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição federal. Também será relatado a experiência de estágio no ano de 2021, trazendo os problemas e desafios encontrados na instituição no período de pandemia do covid-19, além da formulação do projeto de intervenção na tentativa de abrir novas possibilidades com a sua implementação. O trabalho foi construído por meio de pesquisas quanti e qualitativa, com base em levantamentos bibliográficos e pesquisas documentais, analisando os dados referentes à assistência estudantil.

PALAVRAS-CHAVES: Serviço Social; Capitalismo Dependente; Educação Superior; Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The following Course Conclusion Work (TCC) sought to bring the debate of the Social Work profession in higher education in a context of dependent capitalism based on the thoughts of Florestan Fernandes and other authors who follow his ideology. The general objective of this work was to analyze the challenges of the social worker's performance in the student assistance policy at the Federal Institute of Brasília (IFB) - Campus Asa Norte from the internship experience. Furthermore, it will be discussed about student assistance, highlighting its legislation and whether educational policies can, in fact, comply with the permanence of students in a situation of socioeconomic vulnerability in the federal institution. The internship experience in the year 2021 will also be reported, bringing the problems and challenges encountered in the institution, in addition to the formulation of the intervention project in an attempt to open up new possibilities with its implementation. The work was built through quantitative and qualitative research, based on bibliographic surveys and documental research, analyzing data related to student assistance.

KEYWORDS: Social Service; Dependent Capitalism; College education; Student Assistance.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CRESS Conselho Regional de Serviço Social

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

CGAE Coordenação Geral de Assuntos Estudantis

CDAE Coordenação de Assistência Estudantil

EC Emenda Constitucional

IFB Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

IFs Institutos Federais

IFES Instituições Federais de Ensino Superior

IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PEC Proposta de Emenda à Constituição

PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil

PAE Política de Assistência Estudantil

PROEJA Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

REUNI Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RFEPT Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

IVS Índice de Vulnerabilidade Social

MEC Ministério da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - DIÁLOGO ENTRE A FORMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	12
1.1 A educação no capitalismo dependente a partir de Florestan Fernandes.....	12
1.2 A política de educação no Brasil.....	15
CAPÍTULO 2 - SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	17
2.1 Trabalho do Serviço Social na Educação.....	21
2.2 A Assistência Estudantil.....	23
CAPÍTULO 3 - O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA/ CAMPUS ASA NORTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	28
3.1 O Instituto Federal de Brasília (IFB) e seus programas.....	28
3.2 Atribuições e competências do Assistente Social no IFB	32
3.3 Trabalho profissional do Assistente Social no IFB: experiência de estágio e projeto de intervenção em tempos de pandemia do Covid-19.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

A educação é um direito social previsto na Constituição Federal de 1988, constituindo-se como área estratégica e tem um papel importante na reprodução social. No entanto, a atuação do Estado neste campo deixa a desejar, sendo focalizada, atendendo aos interesses da burguesia, e enfrentando diversas contrarreformas e desmontes, especialmente em relação à educação pública.

O serviço social na educação tem como seu trabalho seguir as diretrizes do Projeto Ético-Político e da Lei de Regulamentação da Profissão, no sentido de atuar na direção da garantia da permanência dos estudantes nas instituições de ensino, a partir das políticas de educação vigentes.

A partir disso, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como **tema** o trabalho dos assistentes sociais nos institutos federais, especialmente no Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Asa Norte, trazendo a importância do profissional de Serviço Social nestas instituições de ensino, suas competências e atribuições e a relevância dos programas existentes para permanência dos estudantes neste espaço sócio ocupacional. Tem como **questão de pesquisa** “Quais são os desafios dos profissionais perante a assistência estudantil no campus IFB Asa Norte?”.

A partir disso, o TCC tem como **objetivo geral**: analisar os desafios do trabalho do Assistente Social no Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Asa Norte a partir da experiência de estágio supervisionado e, apresenta como **objetivos específicos**:

1. Entender a educação superior no Brasil no capitalismo dependente
2. Compreender o trabalho do/a profissional de serviço social na educação
3. Analisar os desafios da profissão de serviço social na área da educação no Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Asa Norte com base no projeto de intervenção e na experiência de estágio supervisionado.

A **motivação** para estudar o tema se deu através da experiência no campo de Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social 1 que aconteceu na Diretoria de Desenvolvimento Social- DDS, na UnB campus Planaltina, e o Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social 2 que foi realizado na Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Asa Norte. Neste sentido, foi possível observar as duas dinâmicas de trabalho e a diferença de público, além de observar a necessidade de estudar o tema do trabalho profissional na assistência estudantil, a fim de aprofundá-lo.

Diante do apresentado, afirmamos que este Trabalho de Conclusão de Curso tem **relevância social**, pois ao abordar e explicitar o tema aumenta-se o conhecimento específico sobre as atribuições do Assistente Social e a sua autonomia profissional no ambiente educacional. Assim, entendemos que o trabalho deste profissional deve ser mais discutido e abordado, especialmente quanto às dificuldades e aos desafios, buscando possibilidades de enfrentamento e otimização do trabalho profissional e dos serviços prestados aos seus usuários.

O estudo fundamenta-se no **método** materialista histórico-dialético, baseado nas elaborações teóricas de Marx. Neste sentido, para melhor compreensão sobre a assistência estudantil, foi feita uma pesquisa bibliográfica, usando como base os estudos de Florestan Fernandes acerca do padrão dependente de desenvolvimento capitalista, levando em consideração autores tais como, Lima, Duarte, entre outros. Quanto aos **procedimentos metodológicos** utilizados, destacamos: a) Levantamento bibliográfico sobre educação superior no Brasil e a assistência estudantil na atualidade, considerando livros e artigos, site da ABEPSS e revistas da área do Serviço Social, como a *Temporalis* e a *Serviço Social e Sociedade*; e b) Pesquisa documental referente a editais, notas e legislações federais e os programas do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Asa Norte, além dos relatórios elaborados por nós durante o estágio obrigatório supervisionado 2.

Diante do exposto, a organização do trabalho será dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado sobre a educação no Brasil, um pouco do seu processo histórico, além de fazer uma crítica a educação superior, trazendo seus desafios e lutas enfrentadas para conseguir a permanência dos estudantes.

No segundo capítulo é abordado sobre o Serviço Social no Brasil, focalizando no seu trabalho no campo da educação, principalmente sobre como é o trabalho desse profissional na assistência estudantil.

No terceiro capítulo será tratado sobre o trabalho do/a assistente social no Instituto Federal de Brasília - campus Asa Norte, sendo primeiramente apresentada a instituição, seus programas e posteriormente como é o trabalho do profissional de Serviço Social neste espaço sócio ocupacional, trazendo suas atribuições, e competências. Por fim, discutiremos sobre a realização da nossa experiência de estágio nessa instituição, o projeto de intervenção efetuado e depois, a identificação da rotina do campo, conforme as limitações e os desafios do Serviço Social no contexto de trabalho remoto e as dificuldades da pandemia do covid-19.

CAPÍTULO 1 - DIÁLOGO ENTRE A FORMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A educação está assegurada na Constituição Federal em seu artigo 205º (BRASIL, 1988) em que prevê a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o desenvolvimento pessoal, como cidadão e trabalhador.

Portanto, segundo o que determina a lei constitucional, a educação não tem como princípio apenas a formação humana, mas também a capacitação para o trabalho (BRASIL, 1988) e, obviamente, englobando toda a educação escolar. Mas, apesar de estar assegurada em lei, a educação, como as demais políticas sociais, enfrenta a influência do capitalismo dependente e seus desafios. É o que discutiremos a seguir neste capítulo, abordando um breve histórico da educação e sua realidade sob a influência do capitalismo dependente no Brasil, expondo os conflitos e os desfalques que as desigualdades sociais geram, e como a educação universal e de qualidade reflete para um crescimento econômico, cultural, social e político.

Neste capítulo, será também abordado sobre a política de educação, compreendida como uma política social, em que será discutido o processo histórico desse direito social que foi advindo da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho. Porém, o foco será sobre como ela é importante para o desenvolvimento e crescimento da sociedade e do indivíduo, devendo ser incentivada a universalização de acesso para inclusão de todos, especialmente dos integrantes da classe trabalhadora.

1.1 A Educação no Capitalismo Dependente a partir de Florestan Fernandes

Para entendimento sobre a educação, é possível relacionar com os países da América Latina e em particular, o Brasil. Os países da América Latina possuem especificidades referente às demais economias pois essas nações latino-americanas enfrentaram um sistema onde os colonizadores eram submetidos a dominação de Portugal e Espanha, assim como foi o Brasil, e por isso faz-se necessário trazer a análise do sistema econômico, social e político vigente no país: o capitalismo dependente.

O modo capitalista no Brasil é caracterizado como dependente, pois se apresenta “como uma das formas que o desenvolvimento capitalista assume no decorrer de sua fase

monopólica” (DUARTE, 2020, p. 78). Segundo Cardoso, seguindo os pensamentos de Florestan Fernandes, o conceito de capitalismo dependente se dá mais especificamente como,

O conceito de capitalismo dependente é, ao mesmo tempo, estrutural e histórico; define-se como parte de um determinado sistema de produção (capitalismo); como parte desse sistema num determinado momento do seu desenvolvimento na história (capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nessa fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista) (CARDOSO, 2005, p.15).

Esse conceito é pensado a partir da análise das particularidades do desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos, em que afeta todas as esferas e se propaga de forma desigual e dá poder e privilégio à classe burguesa. Esse sistema gera grande exploração e enfatiza mais ainda a desigualdade social.

A revolução dessa burguesia não prioriza um real desenvolvimento econômico, social, político e cultural no capitalista, apenas garante um crescimento econômico acelerado nos limites do capitalismo dependente, uma vez que “os países de capitalismo dependente assumem uma função determinada e integrada à lógica do capital que potencializa as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no capitalismo” (DUARTE, 2020, p. 78). Desse modo, essa burguesia local não influencia para um avanço econômico, social e político das classes subalternas, e sim age para o seu próprio privilégio, eliminando o restante da sociedade do seu espaço político e de direito. Esse fator gera grande exploração e desigualdade social, cultural e política. Neste sentido, segundo Duarte (2020, p. 79), isto ocorre porque a

Composição burguesa nos países dependentes se forja na dominação em sua dupla face, operando um padrão dual de expropriação do excedente econômico, no qual parte fica com a burguesia internacional e outra parte fica com a burguesia local brasileira.

Desse modo, a classe trabalhadora, inserida nesse contexto de capitalismo dependente, sofre com a superexploração e opressão pela hegemonia da burguesia, acirrando ainda mais a desigualdade e reduzindo as possibilidades de acesso a direitos sociais.

Esses pontos histórico-sociais remetem para a necessidade de uma sociedade democrática que diminua a contradição de classes e priorize uma revolução socioeconômica onde seja empregada a universalização de acesso. Porém, “a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 249).

Essa lógica da democracia restrita no capitalismo dependente reflete-se também na educação, apresentando dificuldades de garantir as reformas exigidas pelo próprio capitalismo. Essa crise se funda refletindo principalmente nos índices de privatizações e que desse modo, o acesso à educação se dá devido às ações do setor privado.

A partir das reflexões apresentadas, é possível dialogar sobre as repercussões da lógica do capitalismo dependente para a educação. De acordo com Fernandes (apud DUARTE, 2020, p.87), a importância da educação e sua relação com a sociedade se apresenta a partir de dois pontos:

1º) A transformação da Educação depende de uma transformação global e profunda da sociedade; e 2º) a própria educação funciona como um dos fatores de democratização da sociedade e o sentido de qualquer ‘política educacional democrática’ tem em vista determinadas transformações essenciais da sociedade. Diríamos que educação e democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes. (apud DUARTE,2020, p.87)

A citação acima reflete a importância de transformações na educação para poder transformar a sociedade, pois é somente a partir das políticas educacionais democráticas que será possível chegarmos, de fato, a uma democratização da sociedade.

Assim, é possível compreender que a educação está atrelada diretamente às transformações da sociedade e, desta forma, “o capitalismo dependente em solo brasileiro realiza a renovação dos padrões dependentes de desenvolvimento e de educação” ratificando desigualdades, concentração de renda, de prestígio social e de poder (DUARTE, 2020, p.91).

A função social da educação também é importante para a reprodução social da sociedade capitalista, pois ela é o principal elemento capaz de moldar o sujeito enquanto indivíduo perante a sociedade. Segundo o CFESS (2011),

[...] Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (CFESS,2011, p.16).

A educação em contraponto com as dificuldades encontradas sob o sistema capitalista dependente são expressões da questão social: “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2001, p.16). Isto porque a questão social se refere às problemáticas e desigualdades vividas dentro da sociedade entre o proletariado e a burguesia, cuja profissão de serviço social tem como foco agir nas mudanças no âmbito das políticas públicas.

A partir disso, o Serviço Social é uma profissão que se insere nesse contexto atuando nas políticas sociais, sendo uma delas a educação. Neste campo de atuação, existem ações e programas voltados para a implementação nas áreas da assistência estudantil, havendo o direcionamento e concessão de auxílios nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso a demais benefícios presentes nas Instituições Federais visando a garantia de direitos.

1.2 A Política de educação no Brasil

A política social tem seu advento a partir dos movimentos sociais criados no período de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, em que reproduziu a luta de classes e consequentemente gerou uma maior intervenção estatal onde começou a existir as primeiras leis e ações assistenciais voltadas aos trabalhadores pobres, que tinham como intenção fornecer auxílio para que o trabalhador não pudesse revogar suas condições e o seu salário, já que o mesmo dependia da sua força de trabalho para sobreviver (BEHRING; BOSCHETI, 2009). O Estado disponibilizava essas mínimas condições para poder explorar mais e obter mais capital. Sobre isso, Behring e Boscheti interpreta que

Esse processo - a configuração da desigualdade, e que tem relação com a exploração dos trabalhadores, e as respostas engendradas pelas classes sociais e seus segmentos, a exemplo das políticas sociais - se expressa na realidade de forma multifacetada através da questão social. (BEHRING;.BOSCHETI. 2009, p.52).

No Brasil, diferente dos países de capitalismo central, a política social se deu após a escravidão, num país marcado pelo pauperismo e pela iniquidade, os trabalhadores começaram a lutar por seus direitos, buscando o compromisso democrático e redistributivo do Estado, deslegitimando o poder das classes dominantes (BEHRING;.BOSCHETI. 2009).

As políticas educacionais brasileiras sofrem com as consequências desse sistema econômico vigente e as complicações na redução de investimentos. As transformações no mundo do trabalho e o aceleração da acumulação capitalista são exemplos que intensificam estruturalmente o modo de vida da sociedade, ocasionando uma forte desigualdade social na população (BEHRING;.BOSCHETI. 2009).

A Educação é, na realidade, o que proporciona preparar o indivíduo para o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e apropriação de conhecimentos, com intuito de melhorar a qualidade de vida e da sociedade. Porém, o estudante estando exposto a essa

realidade social onde sua renda pessoal ou familiar é composta por baixos valores, ele é colocado em situação de vulnerabilidade e de risco social tendo de ser amparado pelas políticas de educação existentes.

Dessa forma, a Política da Educação no Brasil sempre foi marcada por avanços e recuos ao longo do processo de formação social brasileira, e que culminam tanto na concepção quanto na configuração da política em solo brasileiro.

A educação, enquanto um direito de todos, foi incorporada no plano jurídico com a Constituição Federal de 1988 e reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (PAURA, 2020). E mesmo estando prevista na Constituição Federal de 1988, como um direito de todos, ainda falta articulação e uma administração de qualidade para os estudantes. Isto ocorre porque conforme análises de Duarte (2020, p. 83), no capitalismo dependente brasileiro, a situação educacional:

[...] permanece sem alterações substantivas na natureza desta relação de dependência educacional à brasileira, manifestando-se especialmente por meio: a) da ampliação da privatização da educação superior, com expansão das instituições privadas e com a privatização interna das universidades públicas, em especial com as parcerias público e privado; b) o processo de desmonte do setor público, sem investimentos há décadas, com o comprometimento da sua autonomia, etc. (DUARTE, 2017); e c) “no esforço de ajustar a produção intelectual da universidade pública, especialmente da pesquisa científica e tecnológica, aos interesses privados nacionais e internacionais” (LIMA, 2005, p. 330-331).

Análises do CFESS discutem que a política educacional no Brasil,

É composta por níveis e modalidades de ensino, cada um deles possui particularidades no tocante a: dinâmica dos espaços ocupacionais, legislações, prerrogativa dos entes governamentais, profissionais e públicos. (CFESS, 2011 p.8).

Essa política de educação brasileira e suas implicações na educação, trazem novas possibilidades de ampliação do espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social nessa área, que são traduzidas na direção social determinada por esses profissionais na concretização da prática profissional.

O trabalho do Assistente Social na educação deve ser de acordo com essa política, pois ela

[...] constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais (CFESS, 2011, p.19).

As políticas educacionais, embora evidenciem as desigualdades sociais, representam a importância da luta de classes principalmente por parte da classe trabalhadora em busca de melhorias, reconhecendo seus direitos sociais, a fim de que isso promova a universalização de acesso e a integralização dos mesmos nessa política.

É reconhecendo essa importância que o CFESS destaca que,

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, a partir do desenvolvimento de programas assistenciais,[...]" (CFESS, 2011, p.20).

O reconhecimento e a efetivação da política de educação na atualidade, só pode ser possível por meio do conhecimento da organização estrutural e ideológica da educação, confrontando-o com a prática profissional efetivada na realidade concreta vivida pelos sujeitos sociais e os assistentes sociais que atuam nessa área.

Por fim, entende-se que as políticas de educação fazem parte do componente de crescimento e desenvolvimento da sociedade, e por isso, é de extrema importância e deve ser efetivada a todos e que promova a universalização independente da situação econômica, para assim, ser uma chance de minimizar as problemáticas sociais existentes.

Assim, o segundo capítulo deste trabalho abordará sobre o Serviço Social no Brasil, trazendo um breve histórico dessa profissão no país e seu trabalho na área da educação, abordando limites e desafios profissionais. Ao final, será discutido sobre a assistência estudantil, trazendo seu significado, as legislações e programas para melhor compreensão do trabalho do assistente social na área da educação, em particular com a política de assistência estudantil.

CAPÍTULO 2 - SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930, no contexto dos processos de industrialização e urbanização brasileira que acarretaram a complexidade das expressões da questão social. Definida por Iamamoto e Carvalho (2005, p.77), a questão social se trata das expressões do processo de desenvolvimento da classe operária diante do cenário político, em que a mesma exige reconhecimento de suas necessidades por parte do Estado e do

empresariado. Portanto, a questão social é fruto da produção coletiva da riqueza e de sua apropriação privada, o que provoca uma série de desigualdades sociais.

Nesse contexto, o Estado intervém com o objetivo de amenizar as tensões sociais vividas pelos trabalhadores e suas consequências sobre o trabalhador assalariado através de ações que não fossem apenas filantrópicas.

O processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil se deu através do surgimento das grandes entidades assistenciais, tendo como papel destinado ao profissional adaptar a classe operária às novas condições existentes, com o intuito de melhorar e amenizar a luta dessa classe por melhores condições de trabalho.

Além disso, o Serviço Social tem seu histórico ligado à Igreja Católica, com a formação das primeiras escolas, que carregavam traços do conservadorismo. Isto porque a Igreja buscava resgatar seu prestígio e influência na sociedade e suas ações eram assumidas como respostas às expressões da questão social na época, sendo baseadas na moral e nos “bons costumes”. Yazbek (2009, p. 5) destaca que

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

Assim, as primeiras escolas de Serviço Social foram em São Paulo durante os anos de 1936 a 1945, e tinham sua base teórica ligada diretamente ao conservadorismo e a moral da Igreja Católica apresentando em seu currículo acadêmico, segundo a autora Cardoso (2016), disciplinas como: Higiene, Moral, Religião, Psicologia (e suas ramificações), Orientação e Psiquiatria que seguiam o padrão de normalidade entendido naquele período.

Porém, com a chegada de 1940 e após a Segunda Guerra Mundial, a profissão começa a ser tecnicizada, incorporando na sua metodologia o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Segundo Duarte (2019), esse processo acarreta um exercício profissional acrítico marcado por ações individualizantes e fragmentadas, baseadas na teoria social positivista funcionalista.

Nos anos 1960/1970 ocorreu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, um movimento que tinha a intencionalidade de modificar o Serviço Social, principalmente a partir do afastamento da Igreja Católica, de maneira a buscar mudanças no âmbito acadêmico-científico e organizativo “promovendo novos questionamentos sobre a profissão e a realidade” (DUARTE, 2019, p.10) e o início do processo de intenção de ruptura com o conservadorismo. Esse movimento não rompeu completamente com o conservadorismo, mas o fim da Ditadura Militar e a aproximação com a teoria social de Marx; permitiu que o Serviço Social se afastasse de maneira significativa do ideário conservador.

Na década de 1990, há um processo de consolidação de um novo projeto profissional, mais crítico: o Projeto Ético-Político Profissional; que caminha “na direção da articulação entre formação e exercício profissional e na construção e fortalecimento de um novo projeto profissional que expressasse melhor a complexidade da sociedade capitalista e da sua articulação com o Serviço Social” (DUARTE, 2019, p.12).

A profissão de Serviço Social se debruça em dimensões ídeo-políticas partindo da complexidade do sistema capitalista em que se insere e que repercute diretamente na sua formação e trabalho, evidenciando a luta de classes e a correlação de forças existentes no capitalismo. É a partir disso que cabe a esse profissional atender às demandas institucionais ao mesmo tempo que responde às demandas da classe trabalhadora, na busca da garantia de direitos.

Então, o Serviço Social na contemporaneidade “apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada” (IAMAMOTO, 2009 p.4), tendo como foco a defesa e luta pela afirmação dos direitos de cidadania e da justiça social. Esse processo se aprofundou no período de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais na década de 1980, da aprovação da Carta Constitucional de 1988 e a defesa do Estado de Direito (negação da ditadura).

Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político corporativa dos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2009)

Nesse período, o Serviço Social brasileiro estabeleceu¹ “um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos

¹ Esse projeto foi fruto das lutas e da implantação da pesquisa no Serviço Social

hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país” (IAMAMOTO, 2009 p.4-5). E foi nesse contexto que se materializou as regulamentações profissionais como: o Código de Ética Profissional (1993), que se baseia nos direitos e deveres dos Assistentes Sociais, a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93) e o Projeto Político Pedagógico através das Diretrizes Curriculares de Formação para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

Desde o início da profissionalização do Serviço Social, o Assistente Social vem atuando no terreno de conflitos e contradições, que são permeados pelos interesses de classes que adquirem forma através das múltiplas expressões da questão social, mas toma consciência e altera sua formação e exercício profissional na direção da autocrítica e da crítica à sociedade capitalista, a partir dos anos 1980. Diante disso, o Serviço Social tem um caráter contraditório, atendendo tanto às demandas dos trabalhadores, como às demandas dos seus empregadores, porque se constitui como trabalhador assalariado diante da dinâmica do capitalismo monopolista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Todas estas dimensões traduzem o trabalho dos profissionais de Serviço Social, estabelecendo as diretrizes e o compromisso profissional com o usuário, no sentido de contribuir com o processo de garantia de direitos sociais. Com essa análise, Iamamoto (2009, p. 6-7) faz a seguinte reflexão:

Nesses espaços profissionais os (as) assistentes sociais atuam na sua formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços [...] Nesses espaços ocupacionais esses profissionais realizam assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercer funções de magistério, direção e supervisão acadêmica.

Com isso, é possível compreender que a inserção do Assistente Social nos espaços é de extrema relevância. É também fundamental que, enquanto categoria de luta pela concretização dos direitos, o Assistente Social possa contribuir na construção de novas

relações sociais e ampliação dos espaços democráticos nos diversos campos que atua e na sociedade.

Todas estas dimensões traduzem o trabalho dos profissionais de Serviço Social, estabelecendo as diretrizes e o compromisso profissional com o usuário, no sentido de contribuir com o processo de garantia de direitos sociais.

Assim, a política de educação é uma das áreas de trabalho do Assistente Social, apresentando diversos campos de trabalho que buscam concretizar o compromisso profissional com o usuário. No entanto, a educação não é uma área nova para o trabalho do Assistente Social e existe desde a década de 1930, ou seja, desde o período de surgimento da profissão.

2.1 Trabalho do Serviço Social na Educação

De acordo com análises do CFESS (2011), foi no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS 2001, pela primeira vez que os profissionais de Serviço Social realizaram questões a respeito do campo educacional em âmbito nacional. Após as reformas da profissão e as definições legais de regulamentação do Serviço Social e da educação, pontuou-se que,

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil (CFESS, 2011, p.37).

Dessa forma, o assunto a respeito da profissão sob o contexto educacional vem sendo debatido e deliberado pelos profissionais que tem como objetivo proporcionar maior visibilidade e expansão.

A escola é vista como um dos principais espaços sócio-ocupacionais e é por isso que se vê a importância do Assistente Social nesse campo, usando seus conhecimentos teóricos-metodológicos e técnico-operativo nas diversas situações que possam aparecer. Nesse contexto Amaro (2017, p. 47) aponta que,

A atuação do assistente social é marcante. Parte-se à construção de esclarecimento (a partir da realização de contatos com a família e suas redes de relações para compor o estudo social da situação) e a identificação de forma de agir diante de cada caso, orientando os agentes da escola (professores, gestores) e, quando necessário, a família.

Assim, é possível compreender a importância desse profissional no ambiente escolar, pois ele é preparado para lidar com as demandas dos alunos, das famílias ou da própria escola a partir do estudo social, que é um de seus instrumentos profissionais pode orientar a equipe multidisciplinar da escola sobre como agir diante das problemáticas aparentes.

Perante o exposto, a escola constitui-se como um dos espaços de intervenção do assistente social, que é um profissional habilitado para atuar no enfrentamento das mazelas sociais, através da orientação social às famílias, do fortalecimento dos vínculos das mesmas, do desenvolvimento de suas potencialidades e no propósito de alcançarem a emancipação social (FALEIROS, 2010).

O Serviço Social atua diretamente com os problemas sociais educacionais e integra-se na educação com o propósito de contribuir para melhores condições de acesso aos direitos constitucionais e a permanência dos indivíduos.

Na conjuntura atual em que vivemos, existem grandes desafios a serem enfrentados por esses profissionais demandando que sejam cada vez mais comprometidos com a universalização e democratização do ensino, viabilizando acessos ao conjunto da população. O assistente social é capaz de contribuir efetivamente neste contexto, ou seja, na direção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada.

Essa democratização do ensino é interpretada por Fernandes em termos sociológicos como

O aspecto central do processo de democratização do ensino está na distribuição equitativa das oportunidades educacionais. Um país tende a democratizar seu sistema de ensino quando procura atenuar ou abolir as barreiras extra-educacionais que restrinjam o uso do direito à educação e o convertam, aberta ou disfarçadamente, em privilégio social (FERNANDES, 1966. p, 123).

Assim, entende-se que a democratização do ensino é algo importante não só para a educação, mas para a sociedade. Pois é a partir dela que será possível, de certa forma, encontrar a igualdade social. É nessa perspectiva também que Fernandes faz um apontamento importante “de que não existe democracia sem democratização do ensino” (FERNANDES, 1966).

Já nos Institutos Federais o trabalho do Assistente Social segue no intuito de assegurar os processos democráticos de acesso, permanência e inserção dos alunos no ensino profissional e tecnológico, baseando-se nas demandas sociais ao trabalho profissional com intuito de possibilitar aos alunos a inserção social, educacional e no mercado de trabalho, de

forma autônoma, democrática e cidadã. Nesse espaço, a assistência estudantil é um dos meios de trabalho desse profissional de grande relevância nos IFs.

Desse modo, este tópico buscou discutir brevemente sobre a trajetória do serviço social no Brasil, focalizando na educação e trazendo suas lutas e reivindicações nesse campo, no sentido de atender às demandas dos estudantes, contribuindo para a universalização de acesso e permanência dos mesmos. Neste sentido, o seguinte tópico do capítulo discutirá a assistência estudantil.

2.2 A Assistência Estudantil

O percurso histórico da assistência estudantil tem sua origem na década de 1930 com os programas de alimentação e moradia universitária, sendo a primeira ação de assistência estudantil ocorrida com a construção da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro em 1929. No período do governo de Vargas, a casa recebeu grandes doações do governo, porém esses investimentos apresentavam uma perspectiva de solidariedade aos estudantes, sem implicações políticas de direitos (ARAÚJO, 2007).

Foi então com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 que a assistência estudantil ganhou posição de direito, abandonando o caráter de ajuda. Como exemplo, encontra-se no artigo 91 a seguinte alegação:

91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

Segundo Dutra e Santos (2017), foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o debate sobre a assistência estudantil ganhou mais força e com isso, pode-se entender que

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um importante marco histórico que possibilitou o aprofundamento das discussões em torno da democratização do acesso e permanência nas universidades. Este documento representou um significativo avanço social e político para a sociedade uma vez que, pela primeira vez na história do Brasil, configuram-se as garantias dos direitos sociais, além de também contemplar o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão (DUTRA; SANTOS, 2017, p.154).

Nessa época, o ensino superior começou a se organizar no país e a assistência estudantil passou a ser elaborada “através de investimentos em instituições, na tentativa de

integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória” (SILVEIRA, 2012, p.53). E foi também a partir da V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das Ifes, realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE/ANDIFES, 2019), que a realidade socioeconômica dos estudantes foi mudificando gradativamente desde a implantação de políticas públicas voltadas para o acesso à educação superior, demonstrando que as universidades expressam a diversidade cultural, racial, de classe, renda e de sexo da sociedade brasileira.

Porém, mesmo com esses avanços nos direitos sociais e estando previstos na Constituição Federal de 1988, a assistência estudantil ainda se encontrava restrita a algumas Instituições de Ensino Superior somente podendo ser acessada a partir das reivindicações dos movimentos estudantis. Mas, mesmo os estudantes tendo acesso a essa política, ainda assim era necessário assegurar sua permanência.

Na década de 1990 ocorreu um período de desmonte sob influência das políticas neoliberais empregadas na época. Foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que foi garantido, em seu artigo 7º, o “ensino livre à iniciativa privada” (BRASIL, 1996); mas, ainda contendo traços neoliberais.

Já nos anos 2000, a assistência estudantil teve “maior notoriedade na esfera governamental, avançando para tornar-se uma política pública na perspectiva do direito social” (DUTRA; SANTOS, 2017, p.156).

A mais nova atualização da assistência estudantil foi regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública (BRASIL, 2010).

O PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, tendo como principais objetivos: (1) democratizar as condições de permanência dos/as jovens na educação superior pública federal; (2) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; (3) reduzir as taxas de retenção e evasão; e (4) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A Política de Assistência Estudantil (PAE) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é baseada na PNAES, se baseia como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações que proporcionam o acesso, a permanência e o

êxito dos estudantes, no sentido da inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Além disso, o decreto estabelece como áreas de desenvolvimento de ações: a moradia estudantil, a alimentação, o transporte, a atenção à saúde, a inclusão digital, a cultura, o esporte, a creche, o apoio pedagógico e o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Atribui, ainda, autonomia para que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) definam quais serão os critérios e a metodologia de seleção dos/as beneficiários/as, não obstante, estabelece como público prioritário estudantes provenientes da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010).

Neste sentido, o trabalho do Assistente Social na assistência estudantil está ligado às

ações de planejamento, gestão e avaliação do programa, e na execução das ações por meio da elaboração de editais, instrumentos de inscrição e seleção e estudos/análises socioeconômicas para concessão dos serviços e auxílios, sendo essas as atividades predominantes do/a profissional de Serviço Social, exigindo extensa dedicação, tendo em vista a excessiva demanda que se apresenta (ABREU, 2017; BELO, 2019; CAVAINAC, COSTA, 2017; CONSTANTINO, 2015; MARQUES, 2014; SILVA, 2015 et. all apud GOIN; MIRANDA, 2022, p. 418).

Os Institutos Federais organizam a Assistência Estudantil por meio de política institucional e ofertam ações de: (1) cunho universal – acompanhamento social, pedagógico e psicológico; promoção à saúde, cultura, lazer e esporte; formação para a cidadania, educação para diversidade, eventos; iniciação científica e atividades de extensão; dentre outros; e (2) destinadas a discentes em vulnerabilidade social, requerendo assim processo seletivo – auxílio permanência, transporte, moradia, vestuário profissional, alimentação, creche, indígena e quilombola; residência estudantil; restaurante estudantil; dentre outros.

É importante ressaltar que, em relação aos serviços e auxílios da Assistência Estudantil que requerem processo seletivo, os critérios e as condicionalidades para o acesso são estabelecidos em edital, em que a renda *per capita* de um e meio salário mínimo é um requisito predominante.

A partir desse contexto é importante analisar que

[...] o/a estudante que requisita a Assistência Estudantil é um sujeito que possui necessidades pessoais e que a ele/a foi agregado novas necessidades a partir do momento em que se torna estudante da Rede Federal de Educação. Quando se fala em permanência e conclusão dos cursos, não é íntegro o viés analítico da situação socioeconômica da família, mesmo que de forma profunda e com uma gama de

indicadores, de forma apartada das novas necessidades e dificuldades recém-adquiridas pelo/a estudante. Nessa sequência, o estudo socioeconômico deve/deveria/poderia iniciar a partir das necessidades individuais do/a estudante, relacionando-as com seu contexto familiar, territorial, cultural, de raça, de gênero, de orientação sexual, dentre outras, e com esse embasamento, que o discente fosse incluído nos auxílios e nos serviços ofertados. (MIRANDA, 2021, p. 119-120).

São através dos programas de assistência estudantil, das políticas de ações afirmativas como a Lei federal 12.711/2012 (BRASIL, 2012), conhecida como Lei de Cotas que contribuiu para a mudança do perfil universitário, ainda que gradativamente, com a inserção de estudantes oriundos da classe trabalhadora. Logo que, ao mesmo tempo, aumentou o acesso aos estudantes da classe trabalhadora sem políticas de permanência capazes de garantir sua manutenção no ensino superior. É também com o PNAES que as universidades públicas e os institutos federais vêm contribuindo e dando mais oportunidade de acesso aos discentes, mesmo tendo como um de seus critérios a análise do perfil socioeconômico, já que é a partir disso que a política é desenvolvida, garantindo, de alguma maneira, a permanência de cada um.

Outro programa significativo que contribuiu para a expansão do ensino superior público no século XXI, mas sem alterar as características do padrão dependente educacional, foi a implantação, em 2008, do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com sua proposta de interiorização dos campi. Este programa tinha como contrapartida para as universidades federais que aderissem e cumprissem as metas estabelecidas um acréscimo de recursos limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal (BRASIL, 2007) e tinha como objetivos:

eleva a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%; aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da criação dos cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissional) e da educação a distância, incentivando a criação de um novo sistema de títulos e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (LIMA, 2010, p. 315).

No entanto, as reformas, principalmente com o governo Temer e o atual governo Bolsonaro, têm gerado consequências e desmontes que afetam diretamente as políticas sociais em geral e, em particular, no campo educacional. Tal situação, tem dificultado o trabalho do Assistente Social, devido às limitações de recursos para a concessão dos benefícios, o

aumento das demandas, além das condições físicas de trabalho e dos salários. Tudo isso, tem gerado barreiras que impedem o exercício de qualidade desse profissional e a garantia do direito à educação, trazendo para o Brasil uma interpretação de “banalização da vida e do sofrimento, a destruição de direitos, o trabalho e ensino remoto precários, os ataques às universidades e à produção de conhecimentos” (IRINEU et al., 2021, p.10).

Outra estratégia de desmonte dos direitos sociais que atingiu diretamente a Assistência Estudantil foi a aprovação, em 2016, da Proposta de Emenda à Constituição (Pec) no 241/55, consolidada na Emenda Constitucional (EC) nº 95 que instituiu o congelamento dos investimentos sociais, limitando os recursos das despesas primárias ao valor investido no ano anterior, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por conseguinte, o orçamento para a educação não pode ser ampliado, e, sua implicação derivou em cortes, restrições e congelamentos, em especial, no ensino superior.

Esses fatores geram um contexto de precarização na educação, com desmontes de direitos e políticas conservadoras que favorecem a burguesia, enquanto a classe trabalhadora se vê mais fragilizada socialmente, ideologicamente e financeiramente, resultando em uma educação em condições ainda mais desiguais, deixando a sociedade sem perspectiva de avanço quanto ao acesso e permanência de estudantes nas diversas instituições educacionais, principalmente nos IFs.

Sendo assim, as políticas públicas de assistência estudantil nas instituições federais devem procurar funções e objetivos que não relacionem à reprodução da ideologia dominante através de políticas assistencialistas do Estado, mas para atender às demandas dos estudantes menos favorecidos economicamente no intuito de garantir o acesso a uma educação de qualidade e à permanência de forma digna e autônoma nas instituições públicas de ensino profissional e tecnológico.

Apesar de todo este contexto regressivo e na contramão deste cenário, a assistência estudantil se apresenta e representa um momento oportuno do usuário diante da sua realidade social na tentativa de modificar, mesmo que seja a curto prazo, sua condição socioeconômica. Por isso, a assistência estudantil deve ser constantemente buscada e preservada, e a sua defesa deve ser para a garantia de maior abrangência, universalidade e amplitude, expandindo sua concepção de direito social, valorizando a educação e o compromisso com os estudantes.

Nessa perspectiva, o terceiro capítulo discutirá sobre o trabalho do Assistente Social no Instituto Federal de Brasília - Campus Asa Norte, onde inicialmente será apresentado o IFB, trazendo seu processo histórico, discutindo os programas e legislações da assistência estudantil, analisando seus pontos principais e correlacionando com o trabalho do Assistente

Social no campus. Também serão analisados os limites e possibilidades de trabalho profissional a partir da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, detalhando o que foi observado, especialmente quanto ao trabalho do Assistente Social diante dos desafios encontrados, tendo como contexto o ensino remoto no período de pandemia do coronavírus (COVID-19) no ano de 2021, e as alternativas encontradas pelo profissional para atender às demandas dos estudantes.

Para finalizar o capítulo 3, será apresentado o projeto de intervenção, trazendo sua motivação, processo de construção e relevância da sua implementação no contexto do cotidiano de trabalho remoto, a fim de contribuir com a melhor compreensão sobre a inserção nos programas da instituição.

CAPÍTULO 3 - O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA/ CAMPUS ASA NORTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Com as discussões apresentadas no decorrer deste trabalho e a partir da contextualização da profissão de Serviço Social trazendo elementos do seu processo histórico e os limites e possibilidades da profissão no campo educacional, a partir deste capítulo iremos focalizar no trabalho do Assistente Social no IFB - Campus Asa Norte. Sendo assim, este capítulo tem como essência apresentar a experiência de estágio em Serviço Social realizado no ano de 2021 na instituição, buscando abordar a realidade cotidiana e discutir um pouco sobre as dificuldades, os desafios e as possibilidades de trabalho do Assistente Social neste campo de atuação profissional.

3.1 O Instituto Federal de Brasília (IFB) e seus programas

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 2009, foi inaugurado os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Brasília, contando inicialmente com os campi de Planaltina, Brasília, Gama, Samambaia e Taguatinga. Foi durante o governo Lula que houve maior expansão e

interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção e inauguração de 214 novas unidades federais, num movimento de democratização do ensino² e desenvolvimento local (ANDRADE, 2014; BRASIL, 2010 *apud* MIRANDA, 2021, p. 77).

Os IFs são um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica e têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, respondendo às demandas de formação profissional, difundindo conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Reafirmando que a formação humana e cidadã é anterior à qualificação ao exercício laboral, assegurando aos profissionais formados/as a possibilidade de desenvolvimento permanente (BRASIL, 2008; 2010).

A mencionada lei institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) e estabelece os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Ela apresenta, em seu art. 7º, como objetivos: (I) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos; (II) ministrar cursos de formação inicial e continuada, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica; (III) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; (IV) desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; (V) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do/a cidadão/ã na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e (VI) ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores/as para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a Educação Profissional; c) cursos de

² Segundo Florestan (1966.p, 129) “ Democratização do ensino significa, aqui, intervenção gradual no controle direto ou indireto da distribuição e fruição das oportunidades educacionais. Não basta quebrar a rigidez da escola e do sistema escolar geral; é preciso tornar tódas as oportunidades educacionais acessíveis a todos, deixando às aptidões de cada um a decisão final sobre a espécie de aproveitamento educacional a ser dado a sua pessoa”.

bacharelado e Engenharia, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu (de aperfeiçoamento e especialização), visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu (de mestrado e doutorado), que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com o propósito no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

Conforme o art. 16 da Lei nº 3.552, o Instituto Federal de Brasília está vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A instituição oferta educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na educação profissional e tecnológica de formação inicial e continuada, sendo desde o ensino médio ou em cursos de graduação e de pós-graduação, articulados a projetos de pesquisa e extensão. Toda a organização administrativa do Instituto está descrita nos documentos normativos, como por exemplo, o Estatuto (IF, 2009), o Plano de Desenvolvimento Institucional (IF, 2009) e o Regimento Geral (IF, 2012).

O público atendido pelo campi de Brasília é bem diversificado, o que demonstra os desafios para as políticas institucionais de permanência, pois as necessidades e demandas estudantis também se apresentam com a mesma diversidade. Nessa lógica, a assistência estudantil, que se institui no contexto da universidade pública, deve ser construída, no espaço dos Institutos Federais, a partir dos elementos e determinantes próprios de seu corpo discente.

Desse modo, os programas utilizados na instituição são voltados para atender as demandas dos estudantes de baixa renda e se materializam por meio de ações e programas descritos na PAE (BRASIL, 2020), sendo suas ações organizadas em três eixos: Universal, Socioeconômico, e de Desenvolvimento Pedagógico e Acadêmico. As ações de Eixo Universal são, segundo o artigo 9º, de “atendimento, acolhimento, acompanhamento e demais atividades voltadas aos estudantes, realizadas pela equipe da CDAE (Coordenação de Assistência Estudantil)” (BRASIL, 2020), sendo o público-alvo, todos os estudantes matriculados no IFB. As ações de Eixo Socioeconômico são aquelas relacionadas à concessão de auxílio financeiro e/ou residência, sendo o público-alvo, estudantes com renda per capita (por pessoa) de até um salário mínimo e meio. Os programas são: Auxílio Permanência, Auxílio Emergencial e Residência Estudantil (exclusivamente para o campus Planaltina). Já as ações do Eixo de Desenvolvimento Pedagógico e Acadêmico, são aquelas voltadas, segundo o artigo 14º, à “concessão de apoio financeiro para execução de atividades voltadas para o desenvolvimento pedagógico e acadêmico dos estudantes”, sendo o público-alvo, de

acordo com o artigo 15º, “estudantes inseridos nos programas do eixo socioeconômico e/ou com renda per capita (por pessoa) de até um salário mínimo e meio”; cabe destacar que, os programas desse Eixo são: Monitoria, Apoio ao Desenvolvimento Técnico-Científico, Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer, Auxílio Digital (BRASIL, 2020).

Desse modo, o trabalho do assistente social desenvolve-se para atender as demandas dos seguintes programas existentes no Instituto Federal de Brasília, sendo eles:

- O Auxílio Permanência que tem como público-alvo os “Estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos presenciais do ensino técnico e superior do IFB, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que possuem renda familiar per capita (por pessoa) de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2021, p.1). O processo para acesso a este auxílio se dá da seguinte forma: os alunos fazem a inscrição e entregar a documentação para o estudo socioeconômico e para a obtenção da pontuação do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), depois, o estudante utiliza dessa pontuação para participar no Edital do Permanência. Dessa forma, são realizadas Chamadas Públicas antes da divulgação do Edital de convocação para o Auxílio Permanência, e é na Chamada Pública que ocorre a entrega da documentação pelos alunos e a realização da análise socioeconômica pelos assistentes sociais e estagiários.
- O Auxílio Emergencial que tem como objetivo disponibilizar apoio financeiro eventual a estudantes do IFB em situação de vulnerabilidade socioeconômica emergencial, inesperada e momentânea, para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade do/a estudante e outras situações sociais que comprometam seu rendimento escolar e sua permanência na instituição de ensino (BRASIL, 2020, p.4-5).
- O Estudo Socioeconômico, compreendendo a análise dos dados do formulário de inscrição e documentos entregues pelo estudante, podendo ocorrer ainda entrevistas, contato com familiares e visita domiciliar mediante agendamento (BRASIL, 2020, p.5). Essa análise ocorre para os dois auxílios, permanência e emergencial.
- O Programa Monitoria que se destina a fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e de práticas pedagógicas realizadas entre os estudantes, por meio da prestação de atendimento ou reforço escolar. (BRASIL, 2020, p.6).
- O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico-Científico que se destina a apoiar financeiramente a participação dos estudantes regularmente matriculados no Instituto Federal de Brasília em eventos técnicos e científicos, podendo ser custeados de

maneira geral ou parcial despesas relativas à inscrição em evento; alimentação; hospedagem e deslocamento (passagens de avião, ônibus ou barco) (BRASIL, 2020,p.7).

- O Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (PINCEL) que se destina a apoiar financeiramente projetos, elaborados e executados pelos estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos presenciais de graduação; de nível técnico subsequente, concomitante, integrado e PROEJA, nas modalidades de: cultura, esporte e lazer. Todo projeto deverá contar com a supervisão de um servidor orientador do IFB (BRASIL, 2020, p.7-8).
- E por último, o Programa de Auxílio Digital, um programa permanente, que atende aos estudantes para acesso a equipamentos, programas de computadores, mecanismos e conectividade para acesso digital em suas atividades escolares de forma a melhorar sua permanência e êxito, visando também a inclusão digital (BRASIL, 2020,p.8).

Dessa forma, a partir dos programas descritos percebe-se que a assistência estudantil e o trabalho do profissional de Serviço Social na educação é de suma importância no processo acadêmico dos que necessitam, com a tentativa de garantir mínimas condições de igualdade de oportunidades dentro do sistema educacional dos Institutos Federais no capitalismo brasileiro.

3.2 Atribuições e competências do Assistente Social no IFB

O Assistente Social é um profissional que tem sua importância, tanto nos IFs quanto nos demais espaços educacionais, mas a experiência nesses espaços pode se dar desde o período da graduação através do estágio supervisionado. O estágio supervisionado é uma atividade obrigatória para o curso de Serviço Social, sendo regulamentado pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), presente nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996 (ABEPSS, 1996). O estágio é a forma do estudante articular a relação entre teoria e prática a partir da vivência na instituição escolhida, passando a ter o contato com a experiência do trabalho do Assistente Social, a conhecer a manipulação dos instrumentais técnicos-operativos, o contato com a equipe multidisciplinar junto a outros profissionais.

Como requisito do estágio há a necessidade de supervisão, tanto acadêmica (realizada pelo professor da instituição de ensino), quanto de campo (realizada pelo Assistente Social da instituição atuante), assegurando a ligação da teoria e da prática, visto que suas ações são realizadas com base nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), na Política Nacional de Estágio Supervisionado da ABEPSS (ABEPSS, 2010), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) (CFESS, 1993) e no Código de Ética do Serviço Social (CFESS, 1993), o estágio supervisionado:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio [...].

O Serviço Social dentro dos institutos federais é guiado pelo PNAES (BRASIL, 2008), garantidora dos direitos sociais no âmbito da educação. É importante destacar que o trabalho profissional do Assistente Social dentro do Instituto Federal de Brasília é voltado para a perspectiva de diminuição da evasão escolar, garantindo o bom desenvolvimento do estudante neste âmbito e sua permanência no Instituto a fim de que o mesmo conclua todo o processo educacional. Para isso, é disponibilizada uma quantia monetária destinada aos estudantes de baixa renda, proporcionando-lhes auxílios para subsidiar em suas necessidades básicas. São realizados para além do repasse financeiro, mecanismos de pesquisa que possibilitam a verificação dos dados sobre a evasão escolar. Esse panorama da evasão escolar, é exposto e debatido nas reuniões da Coordenação Geral de Assuntos Estudantis (CGAE), que é composta por Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais (Pedagogo), Psicólogo e Administrativo (BARBOSA, 2021).

A CGAE é uma coordenação composta por uma equipe multidisciplinar que faz encontros semanais para debater melhorias e adequações que podem ser feitas a cada semestre letivo que visam a prestação de serviço de qualidade aos estudantes que necessitam de algum acompanhamento ou auxílio financeiro, a fim de evitar a evasão e um melhor suporte (BARBOSA, 2021).

Com isso, o Assistente Social dentro dessa equipe multidisciplinar tem como uma de suas atribuições a realização dos estudos socioeconômicos. Segundo o artigo 4º, inciso XI, do Código de Ética do Serviço Social é competência desse profissional “realizar estudos

socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (CFESS, 2012,p.45).

O objetivo dessas formulações é sinalizar direitos, remetendo aos princípios gerais do código de ética profissional do serviço social: sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física; reconhecendo a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Aprofundando nas competências e atribuições do serviço social, e apresentando argumentos sobre o trabalho profissional na educação com base na Lei de Regulamentação da Profissão nº8.662/93, que regulamenta a profissão no Brasil, o artigo 4º define as competências do Assistente Social e o artigo 5º as atribuições. O artigo 4º apresenta que é competência elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. Já no artigo 5º é dada ênfase às atribuições privativas que só podem ser realizadas pelo assistente social, pois ressaltam a importância do profissional num contexto onde ninguém mais, além dele, poderia exercer tal atividade.

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, 1993).

A fim de garantir as exigências previstas nessa Lei de Regulamentação da Profissão, os principais instrumentos utilizados nos IFs são: a entrevista, visita domiciliar, relatórios, pareceres sociais, estudos socioeconômicos, reuniões, atendimentos individuais ou em grupos e estudos de caso (BARBOSA, 2021).

A participação dos estudantes nas decisões institucionais também se faz presente para que o profissional de Serviço Social consiga atender às suas demandas. Essa participação ocorre através de consulta aos estudantes, reuniões, mobilização estudantil e nos Centros Acadêmicos e Grêmios Estudantis (BARBOSA, 2021).

Com isso, é possível compreender que se deve “considerar como relevante [não só a dimensão econômica, mas] a dimensão social em que as famílias dos estudantes se encontram e como se dá sua subsistência, o que somente será possível por meio de um olhar sensível, mas ao mesmo tempo crítico, do/a Assistente Social sobre as singularidades humanas” (MENEZES, PEREIRA, SOUSA, 2019, p.12). É tendo esse olhar e atuando no sentido de compreender esses fatores que o profissional de Serviço Social consegue encaixar as demandas recebidas com suas atribuições e competências profissionais.

Para entender o trabalho desse profissional no IFB na atualidade é preciso lembrar dos anos 1990, onde o Brasil incorporou um novo estágio do capitalismo junto com uma crise global capitalista, gerando o contexto do neoliberalismo. Essa crise e condução pelo projeto neoliberal são vistos explicitamente no governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro que tem como foco visões que empregam um retrocesso político, social e cultural em que

as transformações operadas na realidade social rebatem de forma direta na profissão de Serviço Social, expressando-se nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais, refletindo em suas competências e atribuições, nas respostas que lhes são postas e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços prestados (NASCIMENTO; NICOLAU, 2018, p.197).

A ideologia neoliberal causa diversas crises fiscais no Estado que recaem diretamente sobre a classe trabalhadora causando forte precarização. Nesse governo há um aumento no índice de desemprego e da precarização do trabalho. Uma estratégia utilizada para isso, nos países centrais, é o “regime da acumulação flexível, [...] no qual se flexibilizava não apenas a produção, mas também as relações e direitos sociais e do trabalho” (NASCIMENTO; NICOLAU, 2018, p.201).

As análises expostas desse contexto político, econômico e social refletem diretamente no processo educacional dos que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, as demandas advindas desse contexto geram novos desafios para o trabalho do Assistente Social e são voltadas para os Auxílios Permanência e Emergencial dentro do IFB, campus Asa Norte, uma vez que são programas de auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Porém, mesmo atuando para atender as demandas, guiando-se por suas atribuições e competências, no contexto atual de precarização do trabalho, percebe-se a forte influência da sociedade burguesa de capitalismo dependente em que nos inserimos, pois a mesma explora e se apropria dos meios de produção, focalizando no setor privado e não se atenta sobre os interesses gerais da sociedade, produzindo desigualdades e injustiças sociais de forma ainda mais agressiva.

Outra dificuldade enfrentada recorrentemente é a do repasse dos recursos em que os atrasos frequentes dos repasses e o descaso do governo federal em relação ao pagamento dos auxílios é algo recorrente nos Institutos e, além disso, proporciona insatisfação e reclamação constante dos estudantes. Com isso, é possível visualizar o frequente descaso com a questão social, visto que cada vez mais o governo procura a retração das políticas sociais e diminuição da garantia de direitos, proporcionando o desmonte das conquistas e direitos conquistados.

Portanto, a educação não pode ser pensada isolada do sistema capitalista e das particularidades do capitalismo dependente, segundo Florestan Fernandes (DUARTE, 2020; CARDOSO, 2005). Isto porque ao atuar no âmbito da reprodução das relações sociais, o Assistente Social participa de um processo de articulação com os usuários em relação com a dinâmica social, à medida que as exigências institucionais e seu caráter interventivo possuem uma dimensão que visa atender, com limites, o usuário por meio dos serviços e políticas sociais. Por isso,

O profissional precisa estar amparado numa teoria que lhe sirva de parâmetro para conhecer a realidade. É esse conhecimento que lhe dará condições para criar estratégias e táticas de intervenção profissional comprometidas com um determinado projeto ético-político. O reconhecimento e a compreensão da dimensão ético-política como constitutiva da prática profissional possibilita ao profissional a busca de um

referencial teórico-metodológico que lhe dê condições de criação de instrumentos técnico-operativos condizentes com suas finalidades (SANTOS, 2003, p.40).

É apoiado nas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política que o Assistente Social consegue buscar instrumentos condizentes com as demandas das instituições e também com as necessidades dos usuários. O Assistente Social no IFB - Campus Asa Norte utiliza como principais instrumentos de trabalho que foram identificados na experiência do estágio: 1) Entrevista semiestruturada; 2) Tabela socioeconômica; 3) Orientações (BARBOSA, 2021).

Munido disso, o profissional deve ter em mente que a depender da situação, mesmo tendo suporte dos diversos instrumentos citados acima ele/a deverá formular novos instrumentais, a depender das demandas e conforme o contexto da instituição e da comunidade local em o Assistente Social se insere.

3.3 Trabalho profissional do Assistente Social no IFB: experiência de estágio e projeto de intervenção em tempos de pandemia do COVID-19. ³

O estágio de Serviço Social no campo da educação é desenvolvido contando com o apoio de dois supervisores, de campo e acadêmico, em que o supervisor de campo pensa no sentido de dar todo suporte necessário para atender as demandas da instituição e as necessidades dos usuários. E o supervisor acadêmico faz o acompanhamento com o estudante, sugere a anotação de todos os dados e vivências na instituição através do diário de campo e tem como principal exigência a entrega de um projeto de intervenção, em que “a formulação de um projeto de intervenção pode ser considerada como um trabalho de síntese entre conhecimento e ação, voltada para o enfrentamento de questões que requerem respostas técnicas e políticas” (CFESS/ABEPSS,2001, p.48).

A autora Couto (2009) traz como necessários cinco elementos importantes na formulação do projeto de intervenção, são eles: a “identificação institucional”- reconhecimento da instituição de trabalho, onde se localiza, se é pública ou privada, seu objetivo, entre outras questões; “reconhecimento dos usuários” – quem busca aquela instituição, suas demandas, características; “reconhecer as demais intervenções profissionais” – quem trabalha na instituição, qual a necessidade desses profissionais, como se comportam; “identificar esse espaço dentro da realidade social onde o trabalho se inscreve” – como aquela

³ Toda a parte fundamentada no subtítulo 3.3 do capítulo 3 é relatada a partir do relatório de estágio supervisionado 2.

sociedade se organiza, quais impactos a instituição tem naquela comunidade; e, por fim, “filiação teórica” – base teórica, estudo sistemático da profissão, compreensão do Código de Ética e das leis que regulamentam a profissão.

Couto (2009) ainda destaca que, para a elaboração de um projeto profissional coerente com a realidade vivenciada em cada espaço de trabalho, a premissa é a mesma, o Código de Ética de 1993 e a Lei 8.662/93. Esses dois documentos importantes darão condições para o assistente social conseguir formular um projeto, contendo: um objetivo geral (o que deve ser enfrentado das expressões da questão social), objetivos específicos (resultados possíveis da intervenção), metas (aonde se quer chegar), indicadores (o que será usado para a intervenção e avaliação do projeto) e avaliação (forma de avaliar a intervenção, tendo em mente a importância da comunidade nesse quesito). “É essa aproximação à realidade que gera condição para prefigurar as alterações que pretende nela imprimir mediante o trabalho a ser desenvolvido, permitindo o estabelecimento de objetivos e metas realizáveis” (CFESS/ABEPSS, 2001, p.50).

A partir disto, mesmo que a atividade profissional do Assistente Social tenha todo o aparato legal a partir dos documentos que regem a profissão, ela se coloca em contrariedade, tendo em vista a retração das políticas públicas e imposição de direcionamentos. Esses elementos sustentam e dão suporte a sua autonomia e sua inserção no campo de trabalho.

O Projeto de intervenção no curso de Serviço Social na Universidade de Brasília é realizado em duas etapas:

- 1ª Etapa: efetua-se no primeiro semestre de estágio, no qual o estudante observa as dimensões do campo, o trabalho do Assistente Social e de outros profissionais, o funcionamento da instituição, suas demandas, suas possibilidades. Assim, o estagiário dispõe de tempo para pensar em um projeto de intervenção que contemple alguma demanda posta na instituição, após a idealização do projeto e discussão com os supervisores de campo e acadêmico, o estudante escreve o projeto, detalhando seus objetivos, justificativa, metodologia, fundamentação teórica, metas, recursos, resultados previstos em um determinado tempo, cronograma, mecanismos de avaliação e controle.
- 2ª Etapa: o estudante executa o projeto, no 2º semestre do estágio supervisionado, aqui as articulações com outras áreas são importantes, se inserido em uma equipe

multidisciplinar, muitas vezes é necessário o contato com outros profissionais, como pedagogos e psicólogos. Além disso, o projeto deve estar de acordo com as regras institucionais.

Esse processo se deu de forma um pouco diferente conosco, pois no período da primeira etapa foi feito o estágio obrigatório supervisionado na FUP, Faculdade da UnB - Campus Planaltina, em que o projeto estava sendo pensado para os estudantes do curso de Ciência do Campo, que são os que mais são atendidos pela assistência estudantil e necessitam de auxílio naquele campo de estágio. Porém, com o contexto da pandemia do covid-19 e o início do ensino remoto, houve remanejamento da nossa vaga de estágio para o IFB - Campus Asa Norte. Com a inserção na nova instituição, fomos apresentadas para a supervisora de campo e outra estagiária, também para os demais funcionários da instituição e os que compõem a CGAE (Coordenação Geral de Assuntos Estudantis). No período, outra estagiária já estava no processo da segunda etapa do projeto de intervenção e foi indicado pela supervisora para ajudá-la no restante do processo e apresentação do projeto.

A fim de atender as demandas e com o objetivo de contribuir com o acesso a este auxílio por parte dos estudantes interessados em participar do Estudo Socioeconômico, a ação do nosso projeto de intervenção foi voltada para a construção de instruções mais claras para o envio adequado das documentações exigidas, no sentido de diminuir o número de indeferimentos por motivos de documentação inadequada. Portanto, os objetivos específicos deste projeto de intervenção eram: 1) Compreender a função do Serviço Social na CGAE (Coordenação Geral de Assuntos Estudantis); 2) Entender as diferenças do Auxílio Emergencial e Permanência; 3) Sanar dúvidas acerca do envio das documentações para o Estudo Socioeconômico; 4) Facilitar a análise das documentações pelas assistentes sociais, acelerando o processo. (BARBOSA, 2021).

Com isso, durante o período de estágio podemos observar que não houve explícitas dificuldades relacionadas aos auxílios, considerando que ainda se encontrava no contexto de trabalho remoto em 2021⁴, os atendimentos passaram a ser online e as documentações que antes eram impressas e analisadas manualmente passaram a ser entregues via e-mail. Mas, mesmo com essas alterações, encontrou-se fragilidades nas coletas de dados na plataforma que era utilizada pelas assistentes sociais, o Excel. Nesse sentido, foi sentida a necessidade de

⁴ Durante os anos de 2020/2021 ocorreu a pandemia do coronavírus (COVID-19) uma doença de alta transmissão infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 que, de forma emergencial, submeteu a modalidade do trabalho remoto.

fazer um formulário via plataforma do Google Drive, a fim de facilitar o preenchimento dos estudantes que solicitassem o auxílio. Foram incluídos nessa plataforma, dados como: o sexo do estudante, local de moradia, gênero, se a única provedora da casa é era uma mulher, renda média, se recebia outros benefícios sociais, idade, cor/etnia e número de pessoas da família. A partir das respostas dos estudantes, o Assistente Social pode entender melhor qual o perfil do público Emergencial e, assim, poderia elaborar projetos profissionais que abrangessem melhor as demandas desses usuários.

No dia da construção deste formulário fomos convidadas a comparecer presencialmente no local de trabalho das Assistentes Sociais, foi a primeira vez da supervisora de campo na instituição, visto que ela foi convocada no período do trabalho remoto. Ao chegar na sala pode-se perceber as diversas fragilidades do espaço, como a delimitação da sala que era muito pequena, visto a quantidade de profissionais que a ocupavam e a quantidade de materiais físicos, documentações impressas dos estudantes para avaliação do auxílio permanência, que limitavam mais ainda o espaço, além de que comprometeria o sigilo profissional durante possíveis entrevistas. Mas mesmo com essas condições, a ida na instituição foi muito enriquecedora, pois pode-se aprender bastante com a troca de conhecimentos das Assistentes Sociais para com as estagiárias, refletindo-se sobre a positiva aderência dos estudantes ao formulário.

Esse formulário, elaborado em conjunto com duas assistentes sociais e as duas estagiárias, foi disponibilizado como notícia no site do IFB, campus Brasília, no dia 29 de setembro de 2021, e já no primeiro dia haviam 71 solicitações, dentro de 2 dias, 131. Assim, podemos analisar que houve um aumento considerável nas solicitações. Também podemos refletir sobre os possíveis motivos para o ocorrido, sendo eles: a falta de consciência da existência desse auxílio entre os estudantes; ou não sabiam que poderiam solicitá-lo durante o ensino remoto; ou são alunos calouros; ou ainda os estudantes não têm efetivamente a necessidade do auxílio.

Outro ponto observado foi a exaustão e sobrecarga do Assistente Social para analisar a alta demanda de solicitações para o Auxílio Permanência, auxílio mais conhecido entre os estudantes, tendo que ser acrescida mais uma Chamada Pública a fim de o profissional conseguir atender às demandas. Desse modo, podemos analisar que essas dificuldades foram encontradas devido ao baixo quantitativo de profissionais para a análise dos documentos e

desorganização quanto ao envio da documentação pelos estudantes, o que resultou em um alto índice de indeferimento por motivos de documentações inadequadas.

Cabe ressaltar também que a ampliação do acesso ao ensino superior não corresponde em quantidade de profissionais do Serviço Social para responder às demandas apresentadas, visto que o campus Brasília contempla 3736⁵ estudantes e apenas dispõe de duas estagiárias e três assistentes sociais, em que uma das Assistentes Sociais atualmente exerce a função de assessora da Direção Geral, ficando fora das suas atribuições profissionais específicas.

Assim, foi identificada a necessidade de ampliar as informações entre a instituição e os estudantes que solicitam auxílio financeiro. Com isso, foi realizada uma Live para orientação dos estudantes, organizada juntamente com a supervisora de estágio do Instituto Federal de Brasília (IFB) e as estagiárias, destacando sobre a CGAE (Coordenação Geral de Assuntos Estudantis), o trabalho do Assistente Social na instituição, os auxílios Emergencial e Permanência, a Chamada Pública, o Edital de convocação, os principais erros das documentações e a forma correta de envio das mesmas. Além disso, sendo possível responder às dúvidas dos discentes/usuários do Serviço Social no chat durante a referida ação da Live⁶.

Até o final da apresentação ao vivo, tiveram mais de 80 visualizações e após 15 horas da gravação, tiveram mais de 170 visualizações. Além disso, alguns profissionais da CGAE que estavam presentes no momento da Live ajudaram a responder as perguntas que os estudantes fizeram no chat durante a apresentação ao vivo. Foram mais de 100 comentários entre perguntas dos estudantes e respostas dos profissionais da CGAE. Assim, analisamos que a aderência à Live foi bastante positiva, contribuindo para o entendimento da grandeza da assistência estudantil dentro do Instituto Federal de Brasília. As principais perguntas dos estudantes, durante a Live, foram sobre: como se inscrever para o Auxílio Permanência; sobre os valores dos auxílios; sobre como é feito o parecer social; para que e quem se destina o Auxílio Permanência e o Auxílio Emergencial. A maioria das perguntas foram a respeito das datas para inscrição e envio das documentações para o Auxílio Permanência, o que já estava descrito no edital e frisado constantemente na apresentação, demonstrando mais uma

⁵ Dado recolhido em 2021 no período de estágio obrigatório através do site <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>.

⁶ A Live foi realizada no dia 06 de outubro de 2021, às 18 horas. Os interlocutores foram duas assistentes sociais do campus Brasília e as duas estagiárias. Também participaram duas intérpretes de libras e o coordenador de comunicação social, que organizou a parte técnica da Live.

vez a falta de leitura do edital ou a dificuldade na compreensão do mesmo por parte dos estudantes.

A Live está disponível no canal do YouTube do IFB, campus Asa Norte, intitulado Live da Assistência Estudantil sobre o Auxílio Permanência. Além disso, o material didático para a apresentação visual também está disponibilizado para os estudantes no site do IFB.

A partir desta experiência de estágio em Serviço Social, no IFB, campus Asa Norte, o entendimento sobre o trabalho do Assistente Social, suas atribuições, seus limites e suas possibilidades tornou-se mais perceptível.

Dentre as possibilidades encontradas para suprir as necessidades e assegurar a continuidade e acesso dos estudantes no período de pandemia se deu através do programa Auxílio Digital que visava amenizar as desigualdades de acesso digital dos estudantes que possuíam baixa condição socioeconômica, além de proporcionar investimento à inclusão digital. Além disso, foram financiados equipamentos (*notebook ou tablet*) para que esses estudantes de condições minoritárias pudessem acompanhar, embora não seja, por si só, suficiente para garantir a qualidade do ensino pelo novo formato.

Apesar disso, essa vivência foi bastante enriquecedora mesmo sendo em um período de pandemia do Covid-19, em que profissionais de todas as áreas foram obrigados a se reorganizarem quanto a suas formas de trabalho. Dessa maneira, os desafios enfrentados se deram devido ao estágio ser remoto, a experiência do trabalho multidisciplinar da instituição e o convívio diário com os usuários, ficaram impossibilitados diante o enfrentamento de trabalho remoto devido a pandemia do covid-19 impossibilitando o convívio diário com os usuários, com a equipe profissional multidisciplinar e a dificuldade de contato com os estudantes via plataformas digitais, além da exaustão e sobrecarga devido às altas demandas. Outro desafio enfrentado foi devido aos cortes de gastos que a instituição enfrentou e que afetou diretamente nos auxílios, tendo em vista a quantidade de vagas limitada pelos poucos recursos orçamentários, mesmo que se cumpram os critérios e as condicionalidades, o acesso imediato poderá não ser concedido, sendo necessário compor uma lista de espera. (GOIN; MIRANDA,2022, p. 418-419). Porém, observar essa adaptação do exercício profissional, as discussões e as soluções encontradas agregaram positivamente para a formação acadêmica.

Desse modo, concluímos que esta experiência confirma que a teoria e a prática caminham lado a lado e que para ser um competente profissional é necessário estar abastecido

de conhecimentos teóricos e estar atualizado quanto a conjuntura histórica e social, aprofundando-se sobre a questão social para compreender suas expressões e saber atuar sobre elas de modo ético e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil como um país inserido no capitalismo dependente tem a educação afetada, pois atende aos interesses da burguesia externa e interna. Nesse sentido, a política educacional brasileira sofre influências que acarretam desmontes e precarizações. No que tange aos Institutos Federais, pode-se perceber que essas fragilidades advêm de políticas governamentais, leis, decretos, programas e projetos que incentivam o processo de privatização e mercantilização do ensino, com graves reduções de recursos e ausência de contratação de pessoal no âmbito do setor público educacional.

Sendo assim, a educação está direcionada conforme as necessidades postas pelo mercado e pelos interesses capitalistas. Diante deste contexto, o fazer profissional do Serviço Social na área educacional se configura como um elemento fundamental de proteção na construção e efetivação dos direitos.

A partir da experiência de estágio em Serviço Social, durante o ano de 2021, o entendimento sobre o trabalho do Assistente Social na educação se tornou mais concreto. Compreendendo as atribuições desse profissional, seus limites e suas possibilidades dentro da assistência estudantil, como essa política se insere no sistema capitalista e como o Assistente Social, profissional com formação qualificada, podendo entender a correlação de forças dentro do ambiente de trabalho e posicionar-se frente às demandas postas.

As implementações dos programas existentes no IFB, durante o contexto de pandemia, são ações afirmativas para os estudantes que estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, o trabalho desse profissional assume uma dimensão estratégica no processo de luta pela educação como direito social, pois

Em tempos áridos como o presente, precisamos reafirmar o compromisso com a educação pública, no sentido de poder garantir direitos, disputar o projeto de educação como direito e estimular, nos estudantes, docentes, trabalhadores em geral, a capacidade de reinvenção da luta por uma educação de fato emancipatória que ultrapasse seus muros e currículos (DUARTE, 2020, p.92).

Na presente conjuntura de grandes desafios a serem enfrentados devido o contexto de trabalho remoto em razão da pandemia do covid-19 impossibilitando o convívio diário com os usuários, com a equipe profissional multidisciplinar e a dificuldade de contato com os estudantes via plataformas digitais, além da exaustão e sobrecarga devido às altas demandas, trás a consciência para que haja cada vez mais profissionais comprometidos com a

universalização e democratização de direitos e acessos para a população, mesmo em tempos de calamidades públicas. O Assistente Social é capaz de contribuir efetivamente neste contexto, na direção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada.

A partir da atual fase da crise capitalista acrescido do contexto de pandemia do Covid-19, acarretou desafios para o trabalho do profissional de Serviço Social no IFB como a busca de alternativas para suprir o impacto do trabalho remoto emergencial na tentativa de aproximar a interação com os estudantes que se encontravam em vulnerabilidade socioeconômica, o enfrentamento de cortes de gastos públicos e a dificuldade de comunicação com os estudantes via plataformas online. Com isso, este trabalho de conclusão de curso conseguiu responder a questão de pesquisa sobre os desafios dos profissionais perante a assistência estudantil no IFB- Campus Asa Norte, perpassando por discussões pertinentes ao tema e contextualizando com as adversidades do período de pandemia nos anos 2020/2021.

Com isso, conclui-se que este trabalho de conclusão de curso buscou unir a experiência de estágio em Serviço Social no IFB, campus Asa Norte, a fim de discutir sobre o trabalho do Assistente Social no campo da educação dialogando com o objetivo geral apresentado, tendo convicção de que a educação é um tema vasto e por isso, o trabalho do Assistente Social deve se basear de lutas constantes e recorrentes no cotidiano profissional, tendo em vista a garantia dos direitos dos estudantes e sua emancipação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em :<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

ABEPSS. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 18 agosto de 2022.

AMARO, Sarita. *Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios*. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social*. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. Brasília, DF: Diário Oficial [da] União - Seção 1 – 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto no 7.234 de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BRASIL. Resolução 41/2020. Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília. 2020 Disponível em: <[https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2041_2020%20Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20\(PAE\)%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2041_2020%20Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20(PAE)%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf)>. Acesso em: 22 agosto de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Casa Civil, 2010.

BRASIL. Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

BRASIL. Resolução 41/2020. Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Brasília. Disponível em: <[https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2041_2020%20Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20\(PAE\)%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2041_2020%20Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20(PAE)%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf)>. Acesso em: 22 agosto de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. Brasília, DF: Diário Oficial [da] União - Seção 1 – 30 dez. 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; Ivanete BOSCHETTI. *Política social: fundamentos e história*. 6.ed. São Paulo: Cortez 2009, Capítulo 2. p.47-81.

CFESS. *Código de ética do/a assistente social*. In: *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão* 10a.ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012, p.23-42.

CFESS/ABEPSS – Coordenação. Recomendações para elaboração do projeto de intervenção . In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social* Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2001.

CFESS. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes*. In: FÁVERO, Osmar (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, São Paulo: Autores Associados. Niterói/RJ: EDUFF, 2005. p. 07-40.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. /In: *Serviço Social e Sociedade*. n. 127. São Paulo: Cortez, p. 430-455, 2016.

COUTO, Berenice. *Formulação de projeto de trabalho profissional*. In: CFESS; ABEPSS.(Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. 1a ed. Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia Regina de Souza (org.). *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. *Potencialidade dos fundamentos para uma formação crítica do assistente social*. In: *Anais do 7o Encontro Internacional de Política Social e do 14o Encontro Nacional de Política Social*. Vitória: UFES, 2019, p. 1-15.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções*. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.Espírito Santo, Ary Monteiro. *Depoimentos dos Coordenadores Nacionais (1987–2012)*.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. SP: Cortez, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966, p 123-134.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na cena contemporânea*. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IRINEU, B. A. et al. *Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social*. Revista Temporalis, Brasília (DF), v. 21, n. 41, p. 7-18, jan./jun. 2021.

LIMA, Kátia. *Trabalho Docente e Formação Profissional nas Universidades Federais*. Revista de Políticas Públicas. São Luís – MA. Número especial, p. 313-321. Ano: 2010.

MIRANDA, A. M. *O Estudo Socioeconômico nas Políticas de Assistência Estudantil dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste: configurações, contradições e perspectivas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41764>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

MIRANDA, A. M.; GOIN, M. *Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil*. Espaço Tema Livre. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 415-424, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wGY3qxCbhNp4Gp9L47BhVnf/?lang=pt>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

MENEZES, Ana Flávia; PEREIRA, Laíla; SOUSA, Silmara. *Pesquisa para a construção do índice de vulnerabilidade social do Instituto Federal de Brasília – IFB*. Brasília -DF. 2019.

NASCIMENTO, Sheine; NICOLAU, Maria Célia. *Transformações sociais e serviço social: a precarização do trabalho na assistência estudantil*. Revista Temporalis, Brasília (DF), v. 18, n.35, p.196-216, jan./jun. 2018.

PAURA, Simone Giglio. O Serviço Social na educação superior. In: *Serviço Social e Educação*. PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. pp. 146.

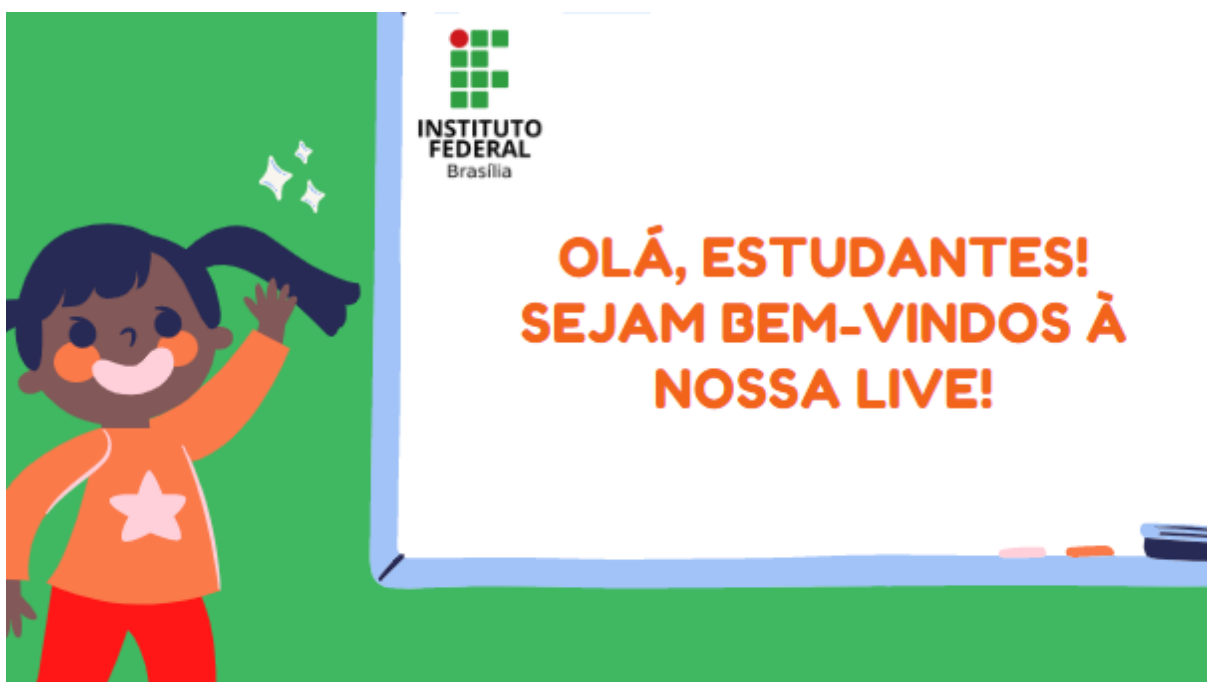
SANTOS, Cláudia Mônica. *As dimensões da Prática Profissional do Serviço Social*. In: Revista *Libertas*. V. 3, n. 2. Juiz de Fora: UFJF, 2003, p. 23-42.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. *A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras*. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Católica de Pelotas-Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais- Mestrado em Política Social, Pelotas, 2012.

YASBEK, M. C. *Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em 22 de Julho de 2022.

YASMIM LARA FARIAS BARBOSA. *Relatório de estágio supervisionado em Serviço Social 2*. SER/UnB, 2021.

APÊNDICES



CGAE

COORDENAÇÃO-GERAL DE
ASSUNTOS ESTUDANTIS

O QUE É ?

A CGAE é a coordenação responsável por contribuir para a garantia da permanência, acesso e êxito dos estudantes no IFB

Profissionais que compõem a equipe:

- Assistente Social
- Técnico em Assunto Educacionais (Pedagogo)
- Psicólogo
- Administrativo

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DE
08H ÀS 20H

(quando em trabalho presencial)

ASSISTENTE SOCIAL

Profissional que atua na garantia dos direitos e deveres para uma gestão democrática seguindo o Código de Ética da profissão.



Papel na Educação

O papel do Serviço Social na educação tem como principal objetivo contribuir para a ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação. Isso pode ocorrer de diversas formas, seja através das próprias iniciativas previstas no âmbito da assistência estudantil, via repasse de recursos ou ainda, na competência que tem o profissional de assessoria a movimentos sociais objetivando a garantia de direitos através de rodas de conversa, colaboração de grêmios estudantis, centro acadêmico, dentre outras.

O que o assistente social faz no IFB /Campus Brasília?

Suas atividades estão voltadas para as ações de concessão de auxílios financeiros de forma a prevenir situações de retenção, reprovação ou evasão decorrentes de insuficiência de condições financeiras e demais situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Quem o Serviço Social vai atender no IFB para concessão dos auxílios?

São público-alvo das ações do eixo socioeconômico estudantes com renda familiar de até R\$1.650,00 por pessoa.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

O Auxílio Emergencial tem como objetivo disponibilizar apoio financeiro eventual a estudantes do IFB em situação de vulnerabilidade socioeconômica, emergencial, inesperada e momentânea para o enfrentamento de situações de risco, perdas e danos à integridade do/ a estudante e demais situações que estão relacionadas a incapacidade temporária de materiais indispensáveis para sua manutenção no curso, de transporte, alimentação e moradia.

AUXÍLIO PERMANÊNCIA

O Auxílio Permanência destina-se a conceder auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados afim de prevenir situações de retenção, reprovação ou evasão dos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. O auxílio é reservado aos estudantes que tenham renda familiar de até R\$1.650,00 por pessoa. A concessão está condicionada à realização de estudo socioeconômico e emissão de parecer social.

MOMENTO 1

Primeiro você entrega a documentação para fazer seu estudo socioeconômico.

MOMENTO 2

Depois você aguarda a análise para saber o resultado da avaliação.

CHAMADA PÚBLICA

Chamada Pública é o edital destinado a realização da avaliação socioeconômica.

ATENÇÃO! Ela é uma condição para acessar o Auxílio Permanência.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital que tem como objetivo convocar todos os estudantes deferidos na Chamada Pública para assinarem o termo de concessão e, assim, poderem acessar o Auxílio Permanência.



Objetivo:

Não é mostrar todos os documentos a serem enviados, mas demonstrar como esses documentos devem ser enviados para evitar o indeferimento.



PRINCIPAIS MOTIVOS DE INDEFERIMENTO DA SEGUNDA CHAMADA PÚBLICA DE 2021:

- Não cumprimento integral das duas etapas do processo seletivo (inscrição online e entrega online de documentação comprobatória);
- Não apresentação dos documentos descritos no Edital;
- Não apresentação de documentação de identificação de todos os membros familiares;
- Não apresentação de comprovantes de renda de todos os membros maiores de 18 anos;
- Falta de clareza nas informações e documentos apresentados.

SÃO VÁRIOS OS MOTIVOS DE INDEFERIMENTO! O ESTUDANTE DEVE FICAR ATENTO AO EDITAL.



ATENÇÃO!



1º PASSO

Leia **ATENTAMENTE** o Edital!
O Edital apresenta todas as regras para a inscrição e manutenção do benefício. Todas as etapas devem ser cumpridas corretamente. Obedeça as datas e fique atento a todas as informações e modelos de documentos disponíveis em cada Edital.



2° PASSO

Separe toda a **DOCUMENTAÇÃO** necessária para inscrição. **TODOS** os documentos devem ser atuais!



CAMSCANNER

3° PASSO

Digitalize todos os documentos em formato PDF.

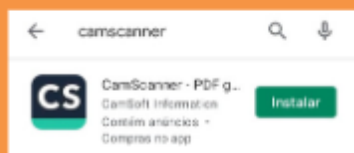
Os documentos precisam ser legíveis e sem cortes nas páginas.

Fique atento a qualidade das imagens! (É muito simples, usando apenas o seu celular você consegue!)

PASSO A PASSO PARA DIGITALIZAR OS DOCUMENTOS

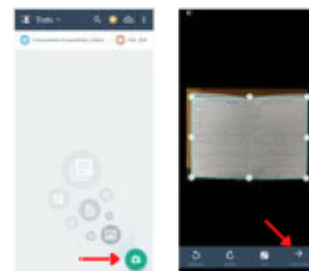
01

Baixe o aplicativo CamScanner no celular.



02

Aperte na câmera,
Tire a foto,
Ajuste o
documento e
Clique na seta
"próxima etapa".



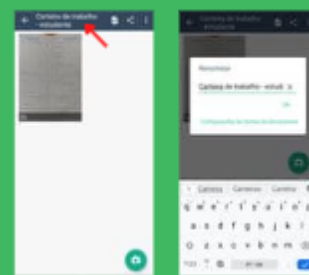
03

Edite o documento em
"original" e
Aperte o botão verde.



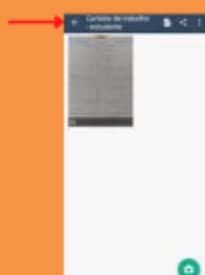
04

Clique na parte
superior para
alterar o nome do
documento.



05

Para fazer mais
digitalizações, volte
na seta e refaça
todo o processo.



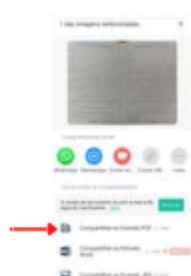
06

Para compartilhar,
selecione todos os
documentos segurando
por 1 segundo.



07

Aperte em
"compartilhar" e
Selecione formato
"PDF".




08

Envie as
documentações pelo
e-mail.



ATENÇÃO!

COLOQUE CORRETAMENTE
OS NOMES DOS
DOCUMENTOS, COMO NO
EXEMPLO AO LADO

	Anexo I - Composição Familiar.pdf	
	Anexo II - Situação de Renda.pdf	
	Anexo III - Moradia e despesas Familiares.pdf	
	Bolsa Família.pdf	
	Certidão de nascimento com CPF irmão.pdf	
	comprovante de inscrição.pdf	
	CTPS Genitora.pdf	
	Declaração de Informações prestadas.pdf	
	Histórico escolar ensino fundamental.pdf	
	Laudo médico pessoa com deficiência irmão.pdf	



4º PASSO


Faça sua inscrição no endereço eletrônico indicado no Edital. Preste atenção e preencha corretamente o formulário.

CAMPUS
→ Brasília
Ceilândia
Estrutural
Gama
Planaltina
Recanto das Emas
Riacho Fundo
Samambaia
São Sebastião
Taguatinga

5º PASSO:

Acompanhe os resultados no site do IFB, campus Brasília, conforme o calendário do edital.

<https://www.ifb.edu.br/brasil>



TODOS OS DOCUMENTOS SÃO IMPORTANTES PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA, RENDA E TRABALHO DO ESTUDANTE E SUA FAMÍLIA. EM CASO DE DÚVIDAS ENTRE EM CONTATO COM O SERVIÇO SOCIAL: CGAE.CBRA@IFB.EDU.BR

ATENÇÃO !!!

NÃO ESQUEÇA DE ASSINAR O DOCUMENTO, O ESTUDANTE E SEUS MEMBROS FAMILIARES!

DIGITAR O NOME NÃO É ASSINATURA!

OS MODELOS A SEGUIR ESTÃO DISPONÍVEIS NO EDITAL

CONSIDERA-SE COMO GRUPO FAMILIAR: "A UNIDADE NUCLEAR COMPOSTA POR UMA OU MAIS PESSOAS, EVENTUALMENTE AMPLIADA POR OUTRAS PESSOAS QUE CONTRIBUAM PARA O RENDIMENTO OU TENHAM SUAS DESPESAS ATENDIDAS POR AQUELA UNIDADE FAMILIAR, TODAS MORADORAS EM UM MESMO DOMICÍLIO" (ART. 50 DA PORTARIA MEC Nº 209 DE 07 DE MARÇO DE 2018).



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

SUA INSCRIÇÃO FOI CONCLUÍDA COM SUCESSO

Seguem abaixo os dados:

Nome: _____

CPF: _____

Curso: Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas

Edital: Edital de Seleção Pública de 1ª Fase de Inscrição do Instituto Tecnológico de São Paulo

Chamada: 1914/2021

Número: 0394/2021

Data: 21/01/2021

Publicação: _____

Campus: Campus Itaulândia

ICM/COAG/016

IME - Comissão de Avaliação Teórica e Inclusive Social
Instituto Federal de Brasília

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PRESTADAS



A declaração deve ser lida, impressa e assinada pelo estudante e pelos membros da família (se houver) em que os citados declaram serem verdadeiras as informações prestadas.

DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Declaramos que a(s) informação(ões) prestada(s) é(são) verdadeira(s) e que não há qualquer vínculo de parentesco ou de qualquer natureza com os membros do grupo familiar que estejam inscritos no processo de seleção pública de 1ª Fase de Inscrição do Instituto Tecnológico de São Paulo, em que os citados declaram serem verdadeiras as informações prestadas.

Nome: _____

CPF: _____

DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Declaramos que a(s) informação(ões) prestada(s) é(são) verdadeira(s) e que não há qualquer vínculo de parentesco ou de qualquer natureza com os membros do grupo familiar que estejam inscritos no processo de seleção pública de 1ª Fase de Inscrição do Instituto Tecnológico de São Paulo, em que os citados declaram serem verdadeiras as informações prestadas.

Nome: _____

CPF: _____

DECLARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

ASSINATURA

ANEXO I

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO FAMILIAR

É importante que você, estudante, descreva nesse espaço todas as informações que considere importantes sobre a sua dinâmica familiar, social e econômica consideradas determinantes para a solicitação do Auxílio Permanência.



*Estudante, não esqueça de assinar este documento!

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RENDA

Devidamente preenchido e assinado (sendo obrigatória a apresentação de um anexo para CADA um dos membros do núcleo familiar com 18 anos ou mais)



ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE MORADIA E DESPESAS FAMILIARES

Pelo estudante maior de 18 anos ou pelo responsável pelo estudante menor de 18 anos (apenas um por família)



ANEXO III - INFORMAÇÕES SOBRE MORADIA E DESPESAS FAMILIARES	
<p>1. Onde é o aluno de moradia, seu núcleo familiar vive em:</p> <input type="radio"/> Imóvel próprio (quitada / imóvel com firma de Cessão de Direitos e Quitada); <input type="radio"/> Imóvel em financiamento -> Documento obrigatório: cópia do comprovante da prestação mensal; <input type="radio"/> Imóvel alugado - O valor mensal de aluguel é de R\$ _____; <input type="radio"/> Imóvel cedido temporariamente por terceiros, "sem de lavar"; <input type="radio"/> Aluguel; <input type="radio"/> Situação de rua.	
<p>2. O imóvel em que seu núcleo familiar vive fica em local irregular como ocupações e assentamentos? (Exemplo: Bairro Santa Cruz, na Friburati.)</p> <input type="radio"/> Sim - Onde? _____ <input type="radio"/> Não.	
<p>3. Onde é a área de moradia, se o núcleo familiar vive em:</p> <input type="radio"/> Área urbana no CE; <input type="radio"/> Área rural no CE; <input type="radio"/> Área urbana no exterior / outro estado; <input type="radio"/> Área rural no exterior / outro estado.	
<p>4. Seu núcleo familiar tem gastos com energia elétrica?</p> <input type="radio"/> Sim -> Documento obrigatório: cópia da conta de energia elétrica do último mês; <input type="radio"/> Não. Por qual razão? (Exemplos: o gasto está incluído no aluguel, a ligação não é regularizada, etc).	
<p>5. Seu núcleo familiar tem gastos com água?</p> <input type="radio"/> Sim -> Documento obrigatório: cópia da conta de energia elétrica do último mês; <input type="radio"/> Não. Por qual razão? (Exemplos: o gasto está incluído no aluguel no condomínio, há poço artesiano, etc).	
<p>6. Seu núcleo familiar divide alguma das despesas abaixo com OUTRAS pessoas / núcleos familiares? (Exemplo: há mais de uma casa no lote e as contas são divididas entre as casas.)</p> <input type="checkbox"/> Aluguel: O valor efetivamente pago pelo meu núcleo familiar é de R\$ _____ <input type="checkbox"/> Energia elétrica: O valor efetivamente pago pelo meu núcleo familiar é de R\$ _____ <input type="checkbox"/> Água: O valor efetivamente pago pelo meu núcleo familiar é de R\$ _____ <input type="checkbox"/> Não dividimos nenhuma das despesas com OUTRAS pessoas/núcleos familiares.	
<p>7. Seu núcleo familiar está com o pagamento de alguma das despesas abaixo em atraso?</p> <input type="checkbox"/> Aluguel; <input type="checkbox"/> Energia elétrica; <input type="checkbox"/> Não estamos com nenhuma dessas despesas atrasadas / não se aplica. <input type="checkbox"/> Prestação da Financ. Lavoura; <input type="checkbox"/> Água.	
<p>8. Seu núcleo familiar possui despesas com menores de 18 anos ou com pessoas com necessidades específicas?</p> <input type="checkbox"/> Sim. Qual o valor? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Não.	
<p>Declaro estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estou sujeita às sanções previstas em lei, aplicadas ao aluno ou ao aluno no parágrafo único do art. 12º do Decreto nº 81.333, de 6 de setembro de 2019 e Artigos 171 e 259 do Código Penal.</p> <p>Brasília, _____ de _____ de _____</p> <p>Assinatura do estudante adulto ou do responsável pelo estudante adolescente</p>	

RG OU CNH E CPF

Para pessoas maiores de 18 anos



ATENÇÃO!
FRENTE E VERSO DOS DOCUMENTOS



CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Para pessoas com menos de 18 anos que ainda não tenham RG



CARTEIRA DE TRABALHO

Obrigatório para todos os maiores de 18 anos independente da situação de trabalho e renda.



- Página de identificação (dados pessoais);
- Página da foto;
- Página da seção **CONTRATO DE TRABALHO** onde consta último registro de trabalho assinado E próxima página em branco;
- Para pessoas que nunca tiveram a Carteira de Trabalho assinada, apresentar a primeira página da seção de título **CONTRATO DE TRABALHO** em branco;
- Para pessoas que utilizam a Carteira de Trabalho Digital:
 - Apresentar cópia ou print da página/tela de Contratos de Trabalho, disponível neste ícone:



Contratos

Página de Identificação

Página de Qualificação Civil

Página do Contrato de Trabalho

Página do **ÚLTIMO** contrato de trabalho assinado e a página seguinte em branco



COMPROVANTES DE SITUAÇÃO DE MORADIA E DESPESAS

Cópia da conta de água e energia do último mês. As contas deverão estar no nome do estudante ou dos componentes de seu núcleo familiar. Caso contrário, o estudante deverá **JUSTIFICAR** a situação nas próprias cópias dos comprovantes apresentados.



EXEMPLO DE JUSTIFICATIVA



E-MAIL

A documentação deverá ser enviada
para o e-mail:

cgae.permanencia@ifb.edu.br
conforme as datas divulgadas na
Chamada Pública.



E-MAIL

Deverá constar no corpo
do e-mail os seguintes
dados:

- nome completo do(a) estudante;
- curso;
- número de matrícula;
- telefone para contato.

Nome: Maria José de Souza

Curso: Técnico em Serviços Públicos

Matrícula: 123456789123

Telefone: 61 99999-9999

12 anexos



Só será considerada válida aquela inscrição que cumprir as etapas de
preenchimento do formulário online e entrega da documentação
comprobatória.

